

FATORES DE RESILIÊNCIA EM EDUCADORAS DE CRECHE COMUNITÁRIA FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Simone Brouwenstyn da Rosa

Graduanda de Psicologia da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul- FADERGS.

E-mail: <csconcei@hotmail.com>.

Patrícia Fasolo Romani

Doutora em Psicologia e Mestra da Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul-FADERGS.

E-mail: <pattyfaro@hotmail.com>.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar os fatores de resiliência envolvidos nos processos de cuidados e atenção a crianças de uma creche comunitária da região metropolitana de Porto Alegre, frente às situações de vulnerabilidade social. Como resultados obtidos a partir das falas das três participantes, através de entrevista semi-estruturada, destacam-se as estratégias de enfrentamento positivas emocionais, tanto no âmbito de articulações com o meio em que as crianças e as próprias educadoras vivem, como com as demais instituições, para garantir que os direitos dos menores sejam primados e cumpridos. Desta forma, o trabalho dessas educadoras está pautado em estimular o desenvolvimento saudável, tanto físico como psíquico dos mesmos. Apesar das dificuldades pessoais, sociais e profissionais, as participantes demonstraram, através das estratégias de enfrentamento que utilizam, estar resilientes. **Palavras-chave:** resiliência, vulnerabilidade social, docente.

As vivências infantis como o brincar, os afetos, as interações familiares e sociais são fatores que poderão se refletir no futuro de uma sociedade. A família é o primeiro espaço de vínculos afetivos e interpessoais das crianças. Outro local onde a socialização é concretizada são as creches, através da interação grupal mediada por adultos, que são responsáveis por cuidá-las e ensiná-las/educá-las. Pensando nisso, o estado emocional e a capacidade de resiliência de educadoras frente às possíveis dificuldades relacionadas à vulnerabilidade social podem ser transmitidas e refletidas nos cuidados prestados às crianças, nesse espaço institucional.

A ausência de oportunidades e a desesperança diante da superação de uma gama de obstáculos podem dificultar o acionamento de fatores de resiliência no sujeito e agravar sua vulne-

rabilidade pessoal, cuja composição engloba fatores predisponentes tais como herança genética e funcionamento neuroquímico específico. Já a vulnerabilidade social pode ser entendida como processos negativos que são ativados na dinâmica do contexto ambiental no qual o indivíduo está inserido (Poletto, Koller & Dell'Aglio, 2009) ligados, por exemplo, ao nível sócio-econômico, ocupação, escolaridade e até à nacionalidade. Elementos como cultura, história pessoal e/ou acontecimentos envolvendo fatores de estresse, juntos ou isoladamente, provocam no sujeito resultados negativos/disfuncionais. Estes estressores poderão acionar processos umbricados à resiliência e favorecer, positivamente ou não, no manejo dos eventos advindos de situações de vulnerabilidade.

Mesmo que a vulnerabilidade dependa do contexto em que o indivíduo se constitui, ou seja, dos processos intrapsíquicos, ele terá sua própria percepção de si e de mundo, positiva ou negativa (Sánchez & Bertolozzi, 2007), que direcionará a forma como irá se comportar e manejar as emoções. Desse modo, as experiências de cada um estariam envolvidas nos processos de subjetivação implicados por fatores de risco/proteção, cuja repercussão está atrelada à propensão de pessoas ou populações serem mais ou menos suscetíveis ao adoecimento psíquico. A eficácia do suporte social estaria envolvida na redução de estresse e na auto-estima, como fator de proteção. Reside aí a importância de compreender subjetivamente o que é considerado estressor para cada ser humano, o impacto do estresse e/ou riscos gerado (s) e de que maneira esses mediadores agem para minimizar/ reduzir danos (Codo & Vasques-Menezes, 2000; Pesce, Assis, Santos & Oliveira, 2004).

A repercussão das particularidades e idiosincrasias na saúde mental de cada ser humano, vem ao encontro das perspectivas de enfrentamento de situações adversas e da capacidade de recuperação frente a elas. O termo resiliência surge nas ciências exatas como capacidade elástica dos materiais de retornarem ao estado anterior a um impacto. Nas ciências humanas nasce em contraposição aos termos invencibilidade e invulnerabilidade, e se aplica na habilidade pessoal de superação de obstáculos e acontecimentos que mobilizem um desequilíbrio homeostático (Oliveira, Reis, Zanelato & Neme, 2008; Sousa, Miranda, Nieto & Dores, 2014). Os aspectos implicados na resiliência continuam em discussão, porém cada vez se tornando mais consistentes devido às pesquisas que estão contribuindo para sua construção nessa área (Delvan, Becker & Braun, 2010).

Além de requisitos pessoais como empatia, habilidades sociais, controle emocional, otimismo, sentimento de esperança e espiritualidade, que estão envolvidas nos processos de resiliência, a qualidade das relações familiares e interpessoais também influencia nas estratégias de enfrentamento adotadas (Fergus & Zimmerman, 2005; Morais, Koller & Raffaelli, 2012; Oliveira & Lipp, 2009). As relações não são estáticas e sendo assim, no que tange à psicologia, esses elementos vão depender da interação entre o indivíduo e o meio. Consequentemente, a resiliência não é estática; é construída ao longo do ciclo vital do ser humano. Uma dinâmica que envolve aspectos

emocionais, cognitivos, socioculturais, e a capacidade de recuperação diante de acontecimentos estressantes nos quais estão envolvidos fatores de risco e de proteção. Tais quesitos irão contribuir para que o indivíduo seja mais ou menos resiliente (Oliveira, Reis, Zanelato & Neme, 2008), ainda que esta condição não seja necessariamente permanente. Por isso, mediante a referência do termo no âmbito da saúde, convém dizer que se *está* resiliente, não que se *é* resiliente.

Frente à constatação que ambientes salubres contribuem para uma conduta resiliente, ações voltadas para a informação, orientação, e serviços como os de políticas públicas disponíveis em saúde, educação e assistência social, são capazes de minimizar a repercussão das condições desfavoráveis, tanto a nível pessoal como social (Matsukura, Fernandes & Cid, 2014; Sánchez & Bertolozzi, 2007). No Brasil, em comunidades pobres, a vulnerabilidade social é marcante, e fatores de risco como pobreza, violência, exclusão e abandono, são comumente encontrados. É um dos países com maior índice de desigualdade sócio-econômica, em virtude da disparidade entre quantidade de pessoas, recursos financeiros e pela má distribuição de renda. Essa população é a que mais sofre agravos na saúde física e mental, desde o nascimento até a velhice (Sawaya, Solyomos, Florêncio & Martins, 2003).

Nas comunidades mais carentes, a prestação dos serviços das creches públicas é fundamental, uma vez que as mães e pais necessitam de amparo para atenderem seus filhos enquanto estão trabalhando (Agostinho, 2003); são instituições que partilham com as famílias a responsabilidade de cuidá-los e educá-los (Cerisara, 2011). Nelas estão as educadoras, funcionárias que, além da clientela, requerem condições específicas para desempenharem seu papel da melhor maneira possível. Muitas delas são moradoras da própria comunidade e também estão imersas nesse ambiente vulnerável, que demanda estratégias de enfrentamento eficazes para dar conta da sobrecarga psíquica decorrente de estressores internos e externos. Essas estratégias estão implicadas diretamente no trabalho com os menores e estes, por sua vez, trazem para o espaço institucional demandas insatisfeitas e problemas que podem atrapalhar seu convívio e seu aprendizado. Essas circunstâncias fazem com que o trabalho das educadoras se torne um desafio cotidiano na mediação entre as crianças e esses entraves pro-

venientes do contexto familiar e social (Fhairus, Amorim & Moser, 2009; Rego, 2010).

A ausência de recursos, as condições de vida e o clima de trabalho estão diretamente relacionados à suscetibilidade ao estresse (Santos, 2013). A presença prolongada de estressores emergentes durante a prática profissional aqui descrita, pode culminar em estresse crônico, e ter como resposta a Síndrome de Burnout. Esta expressão inglesa designa a inércia por exaustão de energia, esgotamento físico, psíquico e emocional, em consequência à má adaptação do indivíduo a um trabalho que detém grande carga tensional. Afeta, sobretudo, os trabalhadores em contato direto com outras pessoas, e suas manifestações incluem oscilações de humor, falhas nos processos cognitivos, sentimentos de desilusão e ineficácia, e a busca pelo isolamento (de Andrade & de Oliveira Cardoso, 2012).

No exercício das funções docentes, na interação entre educadora e educando, e no processo de aprendizagem do aluno, a vinculação afetiva e a administração adequada de conflitos são diferenciais essenciais. Agostinho (2003) acrescenta que as creches devem contribuir para a autonomia dos pequenos, oportunizando-lhes espaços de zelo e ludicidade que promovam, ainda que parcialmente, um desenvolvimento satisfatório. Para a promoção de um ambiente saudável, torna-se relevante saber do cotidiano dessas crianças, seu contexto familiar e social, pois essas vivências podem interferir na performance das profissionais responsáveis por esses cuidados e vice-versa.

O objetivo principal deste trabalho foi investigar os fatores que contribuem para a resiliência de educadoras em uma creche comunitária da região metropolitana de Porto Alegre. Também se propôs a identificar os recursos e estratégias empregadas por essas mulheres no manejo das dificuldades emergentes na sua prática profissional.

MATERIAIS E MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo e exploratório. As participantes são educadoras de uma creche comunitária, com ensino médio completo, idade média de 38 anos, todas moradoras nas imediações do local de trabalho. Uma delas é casada e as outras são solteiras; têm de dois a quatro filhos.

As seis educadoras da creche escolhida foram convidadas a participar, contudo apenas três aceitaram colaborar com o estudo. O instrumento para a coleta de dados foi uma entrevista semi-estruturada pautada na prática profissional diária das mesmas; as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para serem analisadas.

Somente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde- FEPPS, sob o parecer nº831.859, e estando registrada sob o número 33698214.6.0000.5320, é que as participantes foram interrogadas. Elas receberam esclarecimentos sobre a pesquisa e assinaram um termo de consentimento. A fim de manter o anonimato das participantes, optou-se por atribuí-las nomes de flores.

Os referenciais teóricos utilizados na introdução ao tema, discussão e análise dos achados, são da psicologia positiva e da psicologia social, pois ambas olham o sujeito sob uma perspectiva abrangente, preocupando-se com a influência do meio na saúde mental do mesmo. Eles foram consultados em bases de dados como SciELO, Biblioteca Cochrane, Lilacs e Medline. Como estratégia metodológica, a análise de conteúdo temática foi usada para descrever e interpretar dados (Bardin, 1977). Bardin (1977) esclarece que é um método composta por técnicas de análise que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens encontradas. Nas investigações sociais, a análise de conteúdo faz buscas teóricas e práticas traduzindo os significados da pesquisa através da análise dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intersecção entre as teorias elencadas e as falas das participantes, gerou as seguintes categorias: Escolha Profissional/ Ocupacional, Recursos Pessoais, Recursos Institucionais.

ESCOLHA PROFISSIONAL/ OCUPACIONAL

A escolha profissional do indivíduo é uma decisão influenciada sobretudo pela família. Para Nepomuceno e Witter (2010), a família é um espaço que faz a mediação entre o social e o individual, responsável também pelos valores morais

e da cultura desse sujeito. A escolha profissional por questões familiares foi evidenciada por Rosa, que disse:

“Bem, eu vim trabalhar na creche para poder estar perto do meu filho, que também tem que ficar aqui na creche para eu poder trabalhar. Também por que fiz meu estágio, quando fiz magistério, em uma creche particular, uma creche escolinha.”

Essa mesma participante também relatou optar pelo trabalho em creche por ter gostado da experiência anterior, na qual seu estágio proporcionou um contato direto com o público infantil. Uma profissão que supõe funções de maternagem, detentora de caráter ambíguo, uma vez que oscila entre o domínio público da educação formal (escola - professora) e o domínio doméstico da educação (casa - mãe) (Cerisara, 2011).

Margarida foi outra que escolheu esse emprego por gostar de crianças e pela preocupação com o bem estar das mesmas, explicitada a seguir:

“Meu maior interesse em trabalhar com crianças foi um simples motivo, gostar delas mesmo e por as mães terem que sair cedo e não ter onde deixar suas crianças”.

Segundo Ramos e Salomão (2013), o carinho e o amor transmitidos pelas crianças às educadoras e vice-versa, estão associados ao esforço das participantes em dar o melhor de si nesse ambiente. Juntamente com a existência de um vínculo afetivo saudável, o apoio comunitário ou institucional e o monitoramento de uma figura adulta são considerados fatores de proteção para os menores (Fergus & Zimmerman, 2005).

A escolha, consciente ou não, pelo papel de educadora importa funções relativas à clientela infantil, tais como fazer a higiene, ensinar a controlar os esfíncteres, providenciar assistência em caso de doença ou ferimento, disponibilizar a alimentação (por sucção ou mastigação). Somada às questões operacionais, a educadora deve estar disponível para atender às demandas emocionais das crianças, sendo que elas variam de uma para outra; orientar sobre o que é adequado, certo ou errado, é imprescindível a fim de que elas tenham um bom comportamento. Por conseguinte, a responsabilidade é grande, exigindo perspicácia, tolerância, empatia, persistência, prontidão, criatividade, entre outros atributos.

Contudo, nem sempre o amor pela profissão ou pela clientela é a principal razão que move a educadora nessa direção. Diferente das outras participantes, a necessidade econômica fez com

que Tulipa optasse por esse ofício. Através da fala de Tulipa, essa percepção é evidenciada:

“Eu fui trabalhar na creche por que tava [sic] precisando trabalhar, ai soube por uma colega que tavam precisando de gente pra trabalhar, ai, fui e estou aqui até hoje”.

As três participantes são mães e seus filhos já ficaram ou ainda ficam na creche na qual trabalham. Seu salário é a base da manutenção familiar. A educadora que tem quatro filhos recebe a Bolsa Família, renda que complementa sua estruturação econômica. Pode-se perceber que, mesmo que duas delas não tenham enfatizado a importância do salário que recebem, ele é vital para todas.

A construção da identidade profissional dessas mulheres tem como base uma identidade pessoal constituída socialmente em uma ocupação culturalmente desvalorizada - a educação de crianças de 0 a 6 anos (Cerisara, 2011). Se não bastasse a baixa remuneração e os empecilhos comuns nesse ofício, elas ainda precisam ultrapassar as barreiras associadas ao gênero feminino, em um universo onde a remuneração dos homens, por exemplo, costuma ser mais elevada que a do sexo oposto.

RECURSOS PESSOAIS

As habilidades sociais e a competência social frente aos estressores estão diretamente relacionadas às estratégias de enfrentamento. O conceito de habilidades sociais refere-se a alguns comportamentos do sujeito para lidar positivamente com as demandas das situações interpessoais. Já a competência social refere-se à sua capacidade de organizar sentimentos, pensamentos e ações relacionadas aos seus objetivos e valores que darão conta das demandas do ambiente (A. Del Prette & Z. Del Prette, 2003). Rosa mostra empatia e assertividade quando refere:

... interfere no sentido de quando eles aparecem aqui na creche com problemas e me chocam, mas ao mesmo tempo em que percebo ser algo grave, me dou conta que eles precisam de um carinho, um auxílio para passarem por isso. São problemas que chocam algumas vezes, como vício em drogas, prisão de alguém que dá amparo afetivo e até financeiro, como o pai. Eu não passo por isso, mas me coloco no lugar, ou melhor, coloco meu filho no lugar dessa criança. Fico pensando como seria

bom alguém para afagar nesse momento em que eles demonstram tristeza.

A escolha da estratégia de enfrentamento (*coping*) a ser empregada no manejo diário, conforme irá depender de outros fatores como o estado de humor apresentado pelo sujeito antes do evento estressante. Essas estratégias, que compõem o repertório das habilidades sociais, podem ser divididas em dois grupos: as que estão centradas no problema e as estão centradas na emoção; elas não são excludentes e sim, complementares (Lazarus & Folkman, 1984, citados por Gomes & Pereira, 2008). Entretanto, existe uma tendência à utilização mais de uma do que de outra. Margarida costuma usar a estratégia de foco no problema:

“Sim, um procedimento é saber como as crianças estão em casa, saber como são com os pais, que tipo de alimentos comem, como são tratadas e assim poder ajudá-las. Outro ponto que vimos é a higiene, se eles são cuidados, e sempre que puder ajudar, eu faço”.

Lazarus e Folkman (1984, citados por Gomes & Pereira, 2008) concebem o controle das emoções e a resolução de problemas como integrantes das estratégias de enfrentamento/*coping*. Para eles, o *coping* está diretamente associado à parte emotiva, quando emerge imediatamente após intempéries e logo é substituído por estratégias que visam solucionar os problemas. Consequentemente, o sujeito se empenha para solucionar o conflito que induziu o estresse, ao mesmo tempo em que tenta baixar o seu estado interior de tensão emocional.

Nylander, Santos, Magalhães, Afonso & Cavalcante (2012) discutem sobre os aspectos cansativos da rotina desse trabalho, destacando o esforço físico e as emoções presentes no relacionamento com as crianças, e a comunicação com os pais. A educadora infantil carece de preparo físico; são raros os momentos de pouca vigília, pela dependência e premência de proteção dessa clientela.

Outros estressores encontrados por Codo e Vasques-Menezes (2000), e Wagner (2004), foram o relacionamento com os alunos (problemas que eles apresentam), com seus familiares, a frustração em tentar ajudar e não obter êxito, e a carga de trabalho mental resultante do esforço em um nível acima de sua capacidade/habilidade.

A regulação emocional é denominada por Oliveira e Lipp (2009) como o fator de proteção mais influente frente aos infortúnios. Paralelamente, Santos (2013) sugere que estratégias de

gestão de estresse tais como o aconselhamento e a desconsideração de alguns aspectos mais negativos face aos acontecimentos geradores de tensão colaboram satisfatoriamente no alívio da relação entre o estresse profissional dos professores/educadores e os seus indicativos psicossomáticos.

Dentre os fatores de risco aos quais as entrevistadas estão submetidas encontram-se as condições climáticas e a violência. Elas saem de casa praticamente de madrugada, muitas vezes no frio e no escuro, pois devem estar na creche bem antes das crianças. A violência nessa comunidade é corriqueira, onde assaltos e furtos são comuns, deixando-as em alerta constante, produzindo medo e ansiedade.

RECURSOS INSTITUCIONAIS

A promoção e prevenção em saúde são medidas institucionais benéficas tanto para as educadoras como para os alunos. Saber como se constituem essas articulações e compreender seus resultados pode auxiliar nas intervenções propostas. Assim, o movimento no qual nos liberamos para pensar constitui-se como objeto de reflexão dos problemas, pois as instituições são redes de relações que se correlacionam no tecido social. Essas instituições produzem e reproduzem sistemas definidos como saberes. O discurso e a prática são dois elos que deveriam se entrelaçar, já que muitas vezes são distintos e distantes em sua atuação.

Contemplando algumas medidas adotadas pela instituição, visando minimizar ou resolver os problemas que envolvem as crianças, nota-se disponibilidade e prontidão para agir em casos que exijam medidas de urgência. Elas conseguem ter certa autonomia na tomada de decisões, mesmo havendo uma hierarquia a ser respeitada, fato relatado por Rosa:

... se verificarmos que existe algum problema mais grave, sim entramos em contato com o serviço. Sempre deixando nossa diretora a par do problema e com a autorização e ajuda dela. ... ligando, sabendo quem são os coordenadores dos serviços e onde se localizam, e deixando eles [sic] a par de quem somos, o pessoal da creche nossa. Como o CRAS, o posto policial, temos que estar atentos, não só pelas crianças e famílias aqui da creche, mas por toda a comunidade, porque o risco é grande e a malandragem tá [sic] solta... (risos).

Observando as diretrizes básicas de educação e do estatuto da criança e do adolescente, ze-

lar pela saúde física e mental desse público é um dever da sociedade e não só das figuras parentais. Os cuidados vão além de protocolos a serem seguidos, conforme mencionado por Tulipa:

Olha, até então nunca vi assim algo tão grave acontecer como espancaram, ou não darem comida, roupa, ou outro tipo de negligência que se precisasse entrar em contato com esses serviços. A não ser quando a criança tá [sic] doente, tipo[sic], chamamos os pais e não dá tempo, como foi uma vez um caso; aí chamamos o serviço do SAMU. Porque não dava pra esperar os pais chegarem. Mas normalmente avisamos a coordenadora da creche e ela chama os pais se alguma das crianças está doente.... Como já disse, não vi ainda nenhum caso assim acontecer, mas acredito eu que em prol das crianças, se precisar, a coordenação vai estar em acordo de acionar os serviços, porque ao contrário, como sempre comentamos, não proteger a criança em situação de risco é crime também.

Teixeira (2005) aponta que os olhares voltados à humanização dos sujeitos, a escuta e a dicotomia, levam a negociação de regras comportamentais e organizacionais para não se correr o risco de menosprezar essas informações trazidas, e não ignorar o quão importantes são na identificação de riscos. Não reconhecer as necessidades emocionais e culturais do sujeito seria também uma espécie de violência emocional e simbólica. Margarida serve de exemplo como profissional e cidadã, por não se eximir do compromisso com esses cuidados primários dos menores:

Nunca tive esse problema de violência nesse tempo que estou aqui, mas teve recentemente um caso de uma menina... a mãe deixou ela [sic] com uma crise de asma. Não sabendo do problema, levei a criança imediatamente ao hospital. Também essa mesma menina chega todos os dias sempre suja muito suja e toma banho só quando nós, as tias da creche, damos, e vem com a cabeça crivada de piolho. Estamos pensando em algo, temos que conversar com esse pessoal da família. Pra mim, essa falta de cuidado também é um crime, uma violência contra as crianças. ...Nesses casos, passo a situação pra coordenadora da creche, a não ser que seja algo muito urgente como hospital, doença, urgência, que caso ela não esteja seja necessário agir. Mas no caso de poder falar com ela antes, perguntamos qual a melhor opção e ela nos escuta também para saber o que achamos.

Ao longo das entrevistas, as participantes relataram fatos que comprometem o trabalho e a

segurança das pessoas envolvidas com a creche. Já ocorreu, após o final de semana, de encontrarem o local revirado, com os brinquedos quebrados, os materiais e os desenhos dos alunos, que estavam expostos nas paredes, arrancados e rasgados; terem o botijão de gás da cozinha, com o qual fazem os lanches e o almoço das crianças, furtado.

O conhecimento adquirido pela vivência, da qual as dificuldades fazem parte desde muito cedo, despertam nessas mulheres a identificação com quem educam. Por residirem no mesmo local que os alunos, enxergam o passado no presente, revivido através deles e intensificado pelas novas e contínuas demandas. Responder de forma resiliente ou não ao entorno implicará em saúde mental ou adoecimento psíquico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, algumas lacunas foram preenchidas e outras ainda estão pendentes. As informações obtidas no aporte teórico e nas entrevistas convergem na constatação de que cada indivíduo manobra os problemas de modo peculiar. As estratégias de enfrentamento utilizadas variam principalmente de acordo com as vivências, a subjetividade, a frequência e a intensidade dos estressores, as habilidades sociais e o autocontrole emocional. Esses componentes não podem ser dissociados uns dos outros, ainda mais que respondem pela vulnerabilidade pessoal e social do ser humano.

A realização deste estudo permitiu a confirmação de que a resiliência é uma condição de suma importância para as participantes aqui envolvidas, visto que as demandas externas e internas requerem respostas adequadas, até por que elas são modelos e agentes de saúde e educação na vida dessas crianças. O controle emocional, a racionalização orientada para a ação – para a resolução de problemas - e a empatia são imprescindíveis para a saúde física e psíquica das educadoras. Elas precisam lidar com as próprias marcas, carências, frustrações e limitações, a fim de realizarem um bom trabalho e fazerem a diferença na vida dos alunos e na comunidade. Os próprios fatores de risco e de proteção a que estão expostas preconizam uma predisposição à capacidade de adaptação às mudanças e às fontes de estresse. Todavia o amadurecimento emocional conquistado com o aprendizado através das expe-

riências tende a produzir respostas mais adaptativas, mais resilientes. Cabe ressaltar que respondendo de forma resiliente aos encargos da creche, elas colaborarão para a saúde mental dos alunos e provavelmente atuando como fator de proteção.

Corroborando com Romani e Gutfreind (2008), pudemos observar na creche apresentada certos fatores protetivos: a existência de um espaço para a socialização, para atividades lúdicas; o acesso a recursos afetivos e educativos, e a modelos positivos que cuidam, protegem e estimulam as potencialidades das crianças.

Outra constatação refere-se às motivações quanto à permanência nessa profissão. É claro que a remuneração é fundamental para essas mulheres, contudo será que o ganho financeiro é o suficiente para mantê-las no emprego? Cremos que não. Pelas peculiaridades desse papel, é preciso muito mais do que dinheiro. É preciso amor pelo que se faz e por quem se faz.

Sugerem-se novos estudos com educadoras de outras creches/escolas infantis com o mesmo enfoque. Talvez em outros contextos sócio-culturais e econômicos, a resiliência se apresente de forma diferente, o que contribuirá para uma maior compreensão desse fenômeno e de sua complexidade.

REFERÊNCIAS

- Agostinho, K.A. (2003). *O espaço da creche: que lugar é este?* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 164p.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Cerisara, A.B. (2011). *Em busca da identidade das profissionais de educação infantil*. Disponível em: <http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/Site/documentos/espaco-virtual/espacoeducar/educacaoinfantil/artigos/em%20busca%20da%20identidade%20das%20profissionais....pdf>, 1-14. Acesso em: set. 2014.
- Codo, W. & Vasques-Menezes, I. (2000). Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. *Cadernos de Saúde do Trabalhador*, 14, 29-48.
- de Andrade, P.S. & de Oliveira Cardoso, T.A. (2012). Prazer e dor na docência: revisão bibliográfica sobre a Síndrome de Burnout. *Saúde e Sociedade*, 21(1), 129-140.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z.A. (2003). No contexto da travessia para o ambiente de trabalho: treinamento de habilidades sociais com universitários. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 413-420.
- Delvan, J.D.S.; Becker, A.P.S. & Braun, K. (2010). Fatores de Risco no Desenvolvimento de Crianças e a Resiliência: um estudo teórico. *Revista de Psicologia da IMED*, 2(1), 349-357.
- Fergus, S. & Zimmerman, M.A. (2005). Adolescent resilience: a framework for understanding healthy development in the face of risk. *Annual Reviews of Public Health*, 26, 39-419.
- Fhairus, J.V.; Amorim, C. & Moser, A.M. (2009). A Síndrome de Burnout em Professores de Educação Física. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 1, n. 1, p. 127-136.
- Gomes, R.M.S. & Pereira, A.M.S. (2008). Estratégias de coping em educadores de infância portugueses. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 12, (2), 319-326.
- Matsukura, T.S.; Fernandes, A.D.S.A.; Cid, M.F.B. (2014). Saúde Mental Infantil em Contextos de Desvantagem Socioeconômica: fatores de risco e proteção. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, 22(2), 251-262.
- Morais, N. A., Koller, S. H. & Raffaelli, M. (2012). Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica*, 11 (3), 779-791.
- Nepomuceno, R.F. & Witter, G.P. (2010). Influência da família na decisão profissional: opinião de adolescentes. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 14(1), 15-22.
- Nylander, P.I.A.; Santos, R.C.B; Magalhães, L.S.; Afonso, T; Cavalcante, L.I.C. (2012). Educadores Infantís: aspectos da formação profissional e do trabalho em creche. *Temas em Psicologia*, 20 (2), 571-584.
- Oliveira, J. B. de; Lipp, M.E.N. (2009). Resiliência e controle do stress em juizes e servidores públicos. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 29(2), 287-306.
- Oliveira, M.A.D., Reis, V.L.D., Zanelato, L.S. & Neme, C.M.B. (2008). Resiliência: análise das publicações no período de 2000 a 2006. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(4), 754-767.
- Pesce, R. P., Assis, S. G.; Santos, N. & Oliveira, R. D. (2004). Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 20(2), 135-143.

- Poletto, M., Koller, S.H. & Dell'Aglio, D.D. (2009). Eventos estressores em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social de Porto Alegre. *Ciência e saúde coletiva*, 14(2), 455-466.
- Ramos, D.D; Salomão, N.M.R. (2013). Desenvolvimento Infantil: concepções e práticas de educadoras em creches públicas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 15(3), 200-213.
- Rego, E.F.D.M. (2010). Uma creche em que, as cuidadoras de crianças também requerem cuidados. *Proceedings of the 1nd Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca*.
- Romani, P.F. & Gutfreind, C. (2008). Redefinindo Horizontes na esfera da Sexualidade Adolescente: uma intervenção com meninas em situação de risco. *Revista Brasileira de Psicoterapia*, 10(3), 320-335.
- Sánchez, A. I. M., & Bertolozzi, M. R. (2007). Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva. *Cien Saude Colet*, 12(2), 319-324.
- Santos, C.M.C.F.S. (2013). *Vulnerabilidade ao Stress, Coping e Burnout em Educadores de Infância da Ilha da Madeira*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Universidade de Madeira. Funchal, Portugal, 89 p.
- Sawaya, A.L., Solymos, G.M.B., Florêncio, T.M. D.M.T. & Martins, P.A. (2003). Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. *Estudos avançados*, 17(48), 21-44.
- Sousa, C.; Miranda, F.; Nieto, M.C.L.; Dores, R. (2014). Educação para a Resiliência. *Conhecimento & Diversidade*, 11, jan./jun., 26-40.
- Teixeira, R. R. (2005). Humanização e atenção primária à saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3), 585-597.
- Wagner, D. (2014). *Síndrome de Burnout: um estudo junto aos educadores (professores e educadores assistentes) em escolas de educação infantil*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 113 p.

Resilience factors in teachers of a communitary day care relating with the situations of social vulnerability

ABSTRACT

The objective of this study was to identify resilience factors involved in the processes of care and attention to children in a communitary day care in the metropolitan region of Porto Alegre, in the face of situations of social vulnerability. As results from the speech of the three participants, through semi-structured interviews, we highlight the positive emotional coping strategies. Considering the environment where the children and the teachers live, as well as the contact with another institutions to ensure that the rights of minors are primed and fulfilled. Therefore, the work of these educators are guided by stimulating health, physical and psychic. In conclusion, Despite the personal, social and professional difficulties, the participants demonstrated through the coping strategies they use, that they are resilient.

Keywords: resilience, social vulnerability, teaching.

Recebido em: 18/11/2014

Avaliado em: 12/12/2014

Correções em: 05/01/2015

Aprovado em: 13/05/2015

Editor: Vinícius Renato Thomé Ferreira